

BNDES inicia novo ciclo de leilões de saneamento

Taís Hirata
De São Paulo

Passado um período de “entressafra” de leilões de saneamento, o BNDES prepara um novo ciclo de concessões e PPPs regionais do setor. Em água e esgoto, há 12 projetos em estruturação ou com estudos em vias de serem contratados, além de ao menos duas iniciativas no segmento de resíduos sólidos. Com a nova safra de licitações, a projeção do banco é ao menos dobrar o volume de investimentos já contratados, na ordem de R\$60 bilhões.

As iniciativas mais avançadas são as de Sergipe, Paraíba e Rondônia, com previsão de leilão no próximo ano. Tratam-se de projetos que já estavam em andamento no governo anterior, tal como os de Porto Alegre, de Minas Gerais — tanto para a privatização da Copasa quanto para uma concessão dos municípios atendidos pela Copanor — e do Consórcio Regional de Saneamento do Estado de Alagoas (Corseal).

Há também uma nova safra de estudos mais recentes. É o caso, por exemplo, do Pará e de Pernambuco. A previsão do banco é lançar a licitação de ao menos um primeiro bloco, em cada um dos Estados, no próximo ano.

Recentemente, o governo de Goiás também fechou um acordo com o BNDES e terá os estudos iniciados em breve. Já Maranhão e Santa Catarina ainda estão em negociação com o banco para fechar o contrato de estruturação das concessões. Também há perspectiva de um possível acordo com o Rio Grande do Norte.

Nos últimos anos, o BNDES se consolidou como principal estruturador de concessões de água e esgoto no país. Desde a aprovação da nova lei do saneamento, em 2020, foram realizados 12 leilões modelados pelo banco de fo-

Carteira do BNDES

Alguns dos projetos de saneamento em estruturação pelo banco ou em vias de serem contratados

Podor concedente	Projeto	Segmento	Conclusão dos estudos	Previsão de leilão
Porto Alegre	Concessão parcial	Água/esgoto	Agosto/2023	A definir
Paraíba	Concessão ou PPP	Água/esgoto	Março/2024	Setembro/2024
Sergipe	Desestatização dos serviços	Água/esgoto	Outubro/2023	1º tr/2024
Rondônia	Concessão plena	Água/esgoto	Novembro/2023	2º tr/2024
Corseal (Consórcio Regional de Saneamento do Estado de Alagoas)	Concessão parcial	Água/esgoto	Agosto/2022	A definir
Minas Gerais	Privatização da Copasa	Água/esgoto	Setembro/2022	Projeto suspenso
Minas Gerais	Concessão plena da Copanor*	Água/esgoto	1º semestre/2024	Sem previsão - Depende de aprovações legislativas
Pará	Concessão plena	Água/esgoto	Julho/2024	A definir
Pernambuco	Concessão ou PPP	Água/esgoto	Junho/2024	Dezembro/2024
Goiás	Concessão ou PPP	Água/esgoto	A definir - Projeto contratado em agosto	Dezembro/2025
Santa Catarina	Concessão ou PPP	Água/esgoto	A definir - Projeto a ser contratado	A definir
Amagá	Concessão	Resíduos Sólidos	Dezembro/2023	Outubro/2024
Goiás	Concessão ou PPP	Resíduos Sólidos	A definir - Projeto a ser contratado	A definir
Maranhão	Concessão ou PPP	Água/esgoto	A definir - Projeto em vias de ser firmado	A definir

12 leilões

do BNDES já foram realizados após o novo marco legal do saneamento

R\$ 92,9 bilhões

foi o capital mobilizado, entre investimento e outorga, nesses leilões

R\$ 120 bilhões

de investimentos em saneamento estimados na carteira total do BNDES, dos quais R\$ 61 bi já foram contratados

30%

é a estimativa de contribuição dos projetos para metas do novo marco em termos de redução dos déficits de água e esgoto

Fonte: BNDES. *Investimento pelo Saneamento do Brasil (SAB) em parceria com o PPS (PSP) e o BNDDES (BNDES) em parceria com o BPC.

ramento. Neste ano, porém, não foi realizada nenhuma licitação promovida pelo banco — o setor viveu um ano mais fraco, devido ao início de mandato no âmbito federal e nos Estados e mudanças na regulamentação do marco legal do saneamento, cujas regras foram definidas apenas em julho.

Segundo Nelson Barbosa, diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, o novo ciclo de projetos de saneamento traz duas mudanças significativas. A primeira delas é um foco maior na tarifa. “Principalmente quando as concessões chegam a áreas que demandam um investimento maior, em que é preciso expandir a rede, há indicação de mais atenção ao efeito na tarifa.”

A segunda nova diretriz é que os financiamentos concedidos pelo banco sejam destinados prioritariamente aos investimentos, e não às outorgas oferecidas para ganhar o leilão. “O paga-

mento de bônus de outorga gera um ganho fiscal para o Estado. Queremos que o financiamento do BNDES seja mais focado no ‘project finance’, que o projeto não seja tão focado em outorga, e sim em melhorar o serviço.”

Neste momento, o BNDES não planeja oferecer taxas subsidiadas aos projetos de saneamento, segundo Barbosa. O padrão tem sido usar como referência a TLP (Taxa de Longo Prazo) acrescida de um spread. “Isso tem se mostrado competitivo. As linhas têm funcionado nos projetos até agora, a discussão é quando tivermos projetos não tão viáveis comercialmente. Mas os projetos da carteira hoje são viáveis com taxas de mercado”, afirma o diretor.

Em 2023, do total de financiamentos aprovados ao setor de infraestrutura (R\$ 30,7 bilhões), 13% destinam-se a saneamento.

O apetite do mercado para os novos projetos não é uma pro-

“Não há plano de financiar a custo mais baixo, a TLP tem funcionado”
Nelson Barbosa

ocupação para a equipe neste momento. “Hoje, o maior gargalo é a falta de projetos”, afirma Luciene Machado, superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES.

Para ela, o cenário é diferente daquele vivido no setor de rodovias, em que os leilões federais e estaduais têm sido recorrentes e, agora, há dificuldade de atrair investidores. “Os projetos de saneamento são de grande porte, demandam uma capacidade de mobilização de recursos importante. Mas neste ano o setor viveu praticamente apenas leilões municipais, menores. Os grandes grupos

têm uma demanda por projetos.”

Entre analistas do setor privado, a percepção é positiva, tanto em relação à disposição das companhias de disputar os leilões quanto à carteira do BNDES.

“Há uma continuidade no trabalho do BNDES. Naturalmente há aperfeiçoamentos, mas tenho a impressão de que conceitualmente a modelagem vai continuar na mesma linha”, avalia Gesner Oliveira, sócio da GO Associados e professor da FGV-SP. Para Eric Brasil, sócio da **Tendências Consultoria**, a expectativa é que os projetos voltem a ganhar tração a partir de 2024.

Apesar das incertezas geradas no início do ano pelas mudanças na regulamentação do setor, a percepção é que novos investidores deverão participar dos leilões, segundo Brasil. “Estamos iniciando um ciclo positivo, com o cenário de taxa de juros no longo prazo melhorando e com a estrutu-

ração de novos projetos. Deve haver maior interesse, inclusive de grupos de infraestrutura que ainda não investiram em saneamento, mas que começam a olhar a área”, diz. Os grandes operadores que já atuam no país também deverão manter forte interesse no mercado, avalia Oliveira.

A avaliação da equipe do BNDES sobre o novo marco legal é que a legislação viabilizou diversas novas concessões, mas que a etapa de execução de investimentos começa a ser testada agora.

“Com certeza a lei destravou investimentos, basta ver a quantidade de concessões e o anúncio de investimentos. O objetivo do governo é que o serviço chegue à população, não é escolher o modelo preferido. O resultado vamos saber com o tempo. Agora os investimentos vão começar, e confiamos que o modelo vai se mostrar viável”, disse Barbosa.

Questionado sobre a viabilidade da universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, ele diz que “é a meta a ser perseguida”, mas “se será cumprida ou não vamos ver ao longo do caminho”.

Para além dos leilões de água e esgoto, o BNDES tem avançado na estruturação de concessões de resíduos sólidos. Um projeto já em modelagem é voltado a 16 cidades em Alagoas. Os estudos deverão ser concluídos em dezembro deste ano, e o leilão está previsto para 2024. O banco também negocia com Goiás um contrato para estudar diferentes soluções aos 246 municípios do Estado.

Além das duas iniciativas, o BNDES participou junto à Caixa e ao PPI de um chamamento público a consórcios municipais para novas concessões de resíduos, no qual foram selecionados 39 grupos. O banco agora negocia com dois consórcios (o Comupe, em Pernambuco, e o Cidesorp, no Paraná) para iniciar os estudos.